

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 0595-26
SUBASTA A LA BAJA ELECTRÓNICA BINACIONAL EF 0595-26

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, LICENÇAS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO EDIFÍCIO DE PRODUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

ADQUISICIÓN DE EQUIPOS, MATERIALES, LICENCIAS Y SERVICIOS PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE SERVICIOS DE TELECOMUNICACIONES EN EL EDIFICIO DE PRODUCCIÓN DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE ITAIPU

ADITAMENTO 1

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Binacional EF 0595-26, a ITAIPU responde perguntas formuladas por interessadas nesta licitação, conforme segue:

PERGUNTA 1

Solicitamos que nos seja concedida uma prorrogação do processo de 2 semanas, cuja justificativa é para negociar com o fabricante melhores níveis de desconto.

RESPOSTA

Pedido deferido. Favor reportar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 2

Solicitamos respeitosamente à ITAIPU que considere uma prorrogação de catorze (14) dias para a apresentação de ofertas do processo de referência.

A solicitação se fundamenta na complexidade técnica e envergadura do projeto, que requer a análise integral do escopo, a validação de equipamentos, licenças, serviços de instalação, configuração e integração com a infraestrutura existente da ITAIPU.

Além disso, as condições em que se encontra o mercado atual de tecnologia, onde ocorrem fortes variações de preços em um curto período de tempo, implicam um maior tempo de negociação com os fabricantes.

O prazo adicional permitirá aos potenciais proponentes preparar uma proposta técnica e econômica mais precisa, completa e de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos da licitação.

ADITIVO 1

I) De conformidad con lo dispuesto en el subítem 2.6.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0595-26, la ITAIPU responde preguntas realizadas por interesadas en esta licitación, conforme sigue:

PERGUNTA 1

“Solicitamos si podrían concedernos una prórroga al proceso de 2 semanas, la justificación es para negociar con el fabricante mejores niveles de descuentos.”

RESPUESTA

Solicitud aceptada. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PERGUNTA 2

“Solicitamos amablemente a la Convocante considerar una prórroga de catorce (14) días para la presentación de ofertas del proceso de referencia.

La solicitud se fundamenta en la complejidad técnica y envergadura del proyecto, que requiere el análisis integral del alcance, la validación de equipos, licencias, servicios de instalación, configuración e integración con la infraestructura existente de ITAIPU.

Además, las situaciones en las que se encuentran el mercado actual de tecnología donde se dan fuertes variaciones de precios en un corto lapso de tiempo implican un mayor tiempo negociando con los fabricantes.

El plazo adicional permitirá a los potenciales oferentes preparar una propuesta técnica y económica más precisa, completa y acorde a los requerimientos establecidos en los documentos del llamado.”

RESPOSTA

Pedido deferido. Favor reportar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 3

Solicitamos respeitosamente à ITAIPU que habilite um período de visita técnica para conhecer o local, os espaços para instalação dos Access Points, locais onde ficariam os switches, distâncias, entre outros elementos necessários para a correta cotação dos serviços. E, ao mesmo tempo, após a visita técnica, solicitamos que seja estendido o prazo de oferta considerando as implicações de organização para as viagens dos potenciais proponentes para os levantamentos.

RESPOSTA

Pedido indeferido. Considerando o escopo desta contratação, considera-se injustificada a realização de visita técnica.

PERGUNTA 4

“Pensando nas medidas para desburocratizar e facilitar acesso e assinaturas nos documentos, conforme previsto na Lei 14.063/2020 e art. 12 § 2º da Lei 14.133/21, para simplificar o envio de documentos e a comunicação digital entre o cidadão e o poder público, entende a proponente que poderá utilizar a assinatura eletrônica da plataforma DocuSign, para assinatura de todos os documentos referentes ao edital (atestados, declarações, propostas comercial /técnica). Está correto nosso entendimento? Caso a resposta seja negativa, favor justificar do ponto de vista legal.”

RESPOSTA

Para empresa brasileira, para assinatura de documentos em forma eletrônica, a proponente deverá utilizar o certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, nos termos do subitem 2.22.4.1 do CBC.

PERGUNTA 5

“Considerando que o edital não dispõe expressamente sobre a possibilidade de faturamento por outras filiais do mesmo CNPJ base “matriz”, entendemos que as licitantes poderão participar do referido certame pela

RESPUESTA

Solicitud aceptada. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 3

“Solicitamos respetuosamente a la Itaipú habilitar un periodo de visita técnica para conocer el sitio, los espacios para instalar los Access Point, sitios donde irían los switches, distancias, entre otros elementos necesarios para la correcta cotización de los servicios. Y a la vez, posterior a la visita técnica solicitamos se extienda el plazo de oferta considerando las implicancias de organización para los viajes de los potenciales oferentes para los relevamientos.”

RESPUESTA

Solicitud rechazada, el alcance de esta contratación no justifica la realización de una visita técnica.

PREGUNTA 4

Pensando en las medidas para desburocratizar y facilitar acceso y firmas en los documentos, conforme previsto en la Ley 14.063/2020 y art. 12 § 2º de la Ley 14.133/21, para simplificar el envío de documentos y la comunicación digital entre el ciudadano y el poder público, entiende el oferente que podrá utilizar la firma electrónica de la plataforma DocuSign, para firma de todos los documentos referentes al pliego (constancias, declaraciones, ofertas comercial/técnica). Está correcto nuestro entendimiento? Caso la respuesta sea negativa, favor justificar desde el punto de vista legal.

RESPUESTA

Para empresa brasileña, para la firma de documentos de manera electrónica, el oferente deberá utilizar el certificado digital, e-CPF o e-CNPJ, emitido en conformidad con la Medida Provisoria 2.200/2001, en los términos del subítem 2.22.4.1 del PBC.

PREGUNTA 5

Considerando que el pliego no dispone expresamente sobre la posibilidad de facturación por otras filiales del mismo CNPJ base “matriz”, entendemos que los oferentes podrán participar del referido certamen por la matriz e indicar en

matriz e indicar em sua proposta o CNPJ de demais filiais com o mesmo CNPJ base/raiz para faturamento, por questão de natureza fiscal. Está correto nosso entendimento.”

RESPOSTA

Para empresa brasileira, considerando que matriz e filiais integram a mesma pessoa jurídica e que a distinção entre estabelecimentos possui relevância predominantemente fiscal, admite-se, em tese, a indicação de filial com o mesmo CNPJ base para fins de faturamento, desde que sejam observados os requisitos legais relativos à regularidade fiscal e cadastral do estabelecimento responsável pela emissão dos documentos fiscais. Nessa hipótese, a indicação do CNPJ da filial para faturamento deverá ser devidamente explicitada na proposta comercial e acompanhada da documentação pertinente, em conformidade com as exigências do edital. Ressalta-se, contudo, que tal sistemática não afasta a necessidade de observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e das condições de habilitação ao longo da execução contratual.

PERGUNTA 6

“Considerando ser aceito o faturamento por outros CNPJ's da mesma raiz da matriz da licitante; entende a proponente que será aceito para fins de pagamento a indicação dos dados bancários do CNPJ matriz, uma vez que os pagamentos serão centralizados pela mesma conta corrente. Está correto nosso entendimento?”

RESPOSTA

Para empresa brasileira, considerando que matriz e filiais são estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, e possuem o mesmo CNPJ base/raiz, não há óbice jurídico para que o pagamento seja realizado em conta bancária vinculada ao CNPJ da matriz, ainda que o faturamento seja realizado por filiais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisões como o AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 2.605.869-AM, reconhece que a matriz e a filial possuem personalidade jurídica única, diferenciando-se apenas pelo número de ordem do CNPJ. Portanto, a indicação dos dados bancários do CNPJ matriz para fins de pagamento, quando os valores forem

su oferta el CNPJ de demás filiales con el mismo CNPJ base/raíz para facturación, por cuestión de naturaleza fiscal. Está correcto nuestro entendimiento.

RESPUESTA

Para empresa brasileña, considerando que matriz y filiales integran la misma persona jurídica y que la distinción entre establecimientos posee relevancia predominantemente fiscal, se admite, en teoría, la indicación de filial con el mismo CNPJ base para fines de facturación, desde que sean observados los requisitos legales relativos a la regularidad fiscal y catastral del establecimiento responsable por la emisión de los documentos fiscales. En esta hipótesis, la indicación del CNPJ de la filial para facturación deberá ser debidamente indicada en la oferta comercial y acompañada de la documentación pertinente, en conformidad con las exigencias del pliego. Se resalta, sin embargo, que tal sistema no elimina la necesidad de observar el principio de la vinculación al instrumento convocatorio y de las condiciones de habilitación a lo largo de la ejecución contractual.

PREGUNTA 6

Considerando que será aceptada la facturación por otros CNPJ's de la misma raíz de la matriz del oferente; entiende el oferente que será aceptado para fines de pago la indicación de los datos bancarios del CNPJ matriz, una vez que los pagos serán centralizados por la misma cuenta corriente. Está correcto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

Para empresa brasileña, considerando que matriz y filiales son establecimientos de la misma persona jurídica y poseen el mismo CNPJ base/raíz, no existe impedimento legal para que el pago se realice a una cuenta bancaria vinculada al CNPJ de la matriz, incluso si la facturación sea realizada por filiales. El Superior Tribunal de Justicia (STJ), en decisiones como el AgInt en AgInt en los EDcl en AREsp 2.605.869-AM, reconoce que la matriz y su filial tienen una sola personalidad jurídica, diferenciándose únicamente por el número de serie del CNPJ. Por lo tanto, la indicación de los datos bancarios del CNPJ matriz para fines de pago, cuando los valores se centralizan en esta cuenta, se acepta,

centralizados nesta conta, é aceita, desde que todos os documentos necessários à habilitação estejam regulares e que tal procedimento não prejudique a análise de certame ou o controle fiscal e contábil incidente. Contudo, a ITAIPU esclarece que o processamento dos pagamentos é realizado por meio de arquivo eletrônico enviado à instituição bancária, no qual os dados do CNPJ vinculados à Nota Fiscal são considerados como referência principal. Assim, caso o fornecedor cadastre, para determinada filial, conta bancária de titularidade da matriz, o processamento do pagamento poderá ocorrer, desde que aceito pela instituição financeira responsável. Do ponto de vista operacional, a efetivação do pagamento dependerá da compatibilidade entre os dados do CNPJ constante da Nota Fiscal e da conta bancária informada, bem como da aceitação pelo banco receptor. Ressalta-se que, caso não seja possível o processamento do pagamento nessas condições, o fornecedor deverá informar conta bancária vinculada ao CNPJ do estabelecimento emissor da Nota Fiscal. Por fim, destaca-se o disposto na Cláusula 27 da minuta contratual, segundo a qual o pagamento será realizado em conta corrente de titularidade do CNPJ indicado na contratação, devendo eventual sistemática diversa ser previamente validada no âmbito contratual.

PERGUNTA 7

“Tendo em vista que o fornecimento de hardware constitui fato gerador do ICMS, em contrapartida aos múltiplos serviços prestados, os quais, embora todos sujeitos ao ISSQN (conforme LC n° 116/2003 e Decreto n° 25.508/2005), possuem classificações fiscais próprias, questiona-se sobre a adequação legal de cindir a operação em múltiplos documentos fiscais por item. O procedimento consistiria na emissão de uma Nota Fiscal de Venda para o equipamento e Notas Fiscais de Serviço separadas, uma para o licenciamento de software e outras para cada tipo de serviço (suporte, instalação, etc.), permitindo assim não apenas a correta segregação das bases de cálculo entre ICMS e ISSQN, mas também a individualização da receita em conformidade com a classificação específica de cada serviço, de forma que a soma destas notas resulte no valor total ofertado por item. Está correto nosso entendimento?”

siempre que toda la documentación necesaria para la habilitación esté regular y que tal procedimiento no perjudique el análisis del certamen ni el control fiscal y contable aplicable. Sin embargo, ITAIPU aclara que el procesamiento del pago se realiza mediante un archivo electrónico enviado a la entidad bancaria, en el cual los datos del CNPJ vinculados a la factura se consideran la referencia principal. Por lo tanto, si el proveedor catastra, para determinada filial, una cuenta bancaria con titularidad de la matriz, el procesamiento del pago puede realizarse, siempre que sea aceptado por la entidad financiera responsable. Desde el punto de vista operativo, el efectivo pago dependerá de la compatibilidad entre los datos del CNPJ de la factura y la información de la cuenta bancaria proporcionada, así como de la aceptación por parte del banco receptor. Cabe señalar que si el procesamiento del pago no es posible bajo estas condiciones, el proveedor debe proporcionar una cuenta bancaria vinculada al CNPJ del establecimiento emisor de la factura. Finalmente, se resalta lo dispuesto en la Cláusula 27 de la minuta contractual, según el cual el pago se realizará a una cuenta corriente perteneciente al CNPJ indicado en el contrato, debiendo cualquier eventual sistema distinto ser previamente validado en el ámbito contractual.

PREGUNTA 7

Teniendo en cuenta que el suministro de hardware constituye acto generador del ICMS, en contrapartida a los múltiples servicios prestados, los cuales, aunque todos sujetos al ISSQN (conforme LC n° 116/2003 y Decreto n° 25.508/2005), poseen clasificaciones fiscales propias, se cuestiona sobre la adecuación legal de dividir la operación en múltiples documentos fiscales por ítem. El procedimiento consistiría en la emisión de una Factura de Venta para el equipo y Facturas de Servicio separadas, una para la licencia de software y otras para cada tipo de servicio (soporte, instalación, etc.), permitiendo así no apenas la correcta segregación de las bases de cálculo entre ICMS e ISSQN, pero también la individualización de la renta en conformidad con la clasificación específica de cada servicio, de forma que la suma de estas facturas resulte en el valor total ofertado por ítem. Está correcto nuestro entendimiento?

RESPOSTA

Sim, o entendimento está correto. O faturamento deve seguir a legislação fiscal, observando sempre os preços contratados.

PERGUNTA 8

“Face ao item 2.22.4, do edital que prevê que o contrato poderá ser assinado de forma física, entende, a Proponente, que o prazo previsto no item 2.22.1, do edital, para o caso de assinatura física, será contado apenas do recebimento da versão física pela contratada e não da sua emissão. Está correto o entendimento? Caso negativo, favor justificar.”

RESPOSTA

Na hipótese de assinatura física, o prazo previsto no item 2.22.1 do edital será contado a partir do efetivo recebimento das vias físicas pela CONTRATADA, conforme comprovação de entrega/protocolo de recebimento.

PERGUNTA 9

“Face às obrigações de apresentação da guia de recolhimento do FGTS e a do INSS, solicitadas na cláusula 15, da minuta de contrato; e considerando a confidencialidade das informações, inclusive tratando-se de informações sensíveis, protegidas pela Lei 13.709/2014; entende, a Proponente que, vez que a lei não obriga a segregar a folha de pagamento por tomador, as informações a serem apresentadas devem ser restritas aos funcionários 100% dedicados e exclusivamente desses funcionários, podendo ocultar as informações de folha dos demais funcionários não envolvidos na prestação de serviços. Está correto o entendimento? Caso negativo, favor esclarecer.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A exigência prevista na Cláusula 15ª não se limita a empregados com dedicação exclusiva ao contrato, podendo abranger todos os profissionais que participem da execução do objeto, ainda que de forma parcial. Ademais, a ausência de obrigação legal de segregação da folha de pagamento não afasta o dever de cumprimento das obrigações contratuais assumidas. Por outro lado, a apresentação das informações deverá observar o

RESPUESTA

Sí, el entendimiento está correcto. La facturación debe seguir la legislación fiscal, observando siempre los precios contratados.

PREGUNTA 8

Respecto al ítem 2.22.4, del pliego que prevé que el contrato podrá ser firmado de forma física, entiende, el Oferente, que el plazo previsto en el ítem 2.22.1, del pliego, para el caso de firma física, será contado apenas desde la recepción de la versión física por el contratista y no de su emisión. Está correcto el entendimiento? Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

En la hipótesis de firma física, el plazo previsto en el ítem 2.22.1 del pliego será contado a partir de la efectiva recepción de las vías físicas por la CONTRATISTA, conforme comprobación de entrega/protocolo de recepción.

PREGUNTA 9

Dadas las obligaciones de presentación del comprobante de pago del FGTS y del INSS, solicitadas en la cláusula 15, de la minuta de contrato; y considerando la confidencialidad de las informaciones, inclusive tratándose de informaciones sensibles, protegidas por la Ley 13.709/2014; entiende, el Oferente que, dado que la ley no exige la segregación de la nómina por cliente, las informaciones a ser presentadas deben limitarse a los funcionarios 100% dedicados y exclusivamente de esos funcionarios, pudiendo ocultar las informaciones de nómina de los demás funcionarios no envueltos en la prestación de servicios. Está correcto el entendimiento? Caso negativo, favor aclarar.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. La exigencia prevista en la Cláusula 15 no se limita a los empleados dedicados exclusivamente al contrato, pudiendo abarcar a todos los profesionales que participen en la ejecución del objeto del contrato, incluso parcialmente. Además, la ausencia de una obligación legal de segregar la nómina no exime del deber de cumplir con las obligaciones contractuales asumidas. Por otro lado, la presentación de la información debe observar lo

disposto na Política de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), restringindo-se aos dados estritamente necessários à fiscalização contratual, sendo admissível a adoção de medidas de minimização e proteção de dados, inclusive com a omissão de informações não pertinentes e a limitação aos profissionais efetivamente envolvidos na execução do contrato.

PERGUNTA 10

“É fato público e notório o cenário de escassez global de memória RAM, ocasionado: (i) expressivo aumento da demanda mundial impulsionada por projetos de inteligência artificial e data centers, conforme noticiado por veículos especializados e de grande circulação, ainda, (ii) que, como consequência, a escassez tem provocado oscilações abruptas e imprevisíveis nos preços de todo equipamento que utiliza memória, além (iii) de redução da previsibilidade das cadeias globais de suprimentos, afetando diretamente os cronogramas industriais, os compromissos de fabricação e, sobretudo, a capacidade dos fabricantes de manter preços e condições comerciais por prazos prolongados, como originalmente previstos em instrumentos licitatórios. Nesse contexto, observa-se, risco concreto de dissidência do fabricante pela impossibilidade de sustentação das condições originalmente pactuadas, fenômeno este que vem sendo relatado em toda a indústria de tecnologia e hardware. Destaca-se que muitos fabricantes têm reduzido drasticamente os prazos de validade de propostas comerciais ou condicionado sua manutenção à imediata emissão de pedidos firmes de compra. Considerando tal cenário excepcional, a Proponente solicita que seja contemplada eventual necessidade de replanejamento dos prazos indicados na cláusula 7ª, da minuta de contrato e Anexo VI - Marcos e Eventos de Pagamento. Ainda, quanto à manutenção dos preços ofertados e a impossibilidade de garantir estabilidade de valores até a assinatura contratual, que decorrem diretamente da escassez internacional de insumos críticos, fato superveniente, extraordinário e alheio à vontade das partes, que impacta não apenas esta contratação, mas toda a cadeia produtiva global de tecnologia, que poderá ser

dispuesto en la la Política de Seguridad de la Información, Privacidad y Protección de Datos Personales y a la Ley N° 13.709/2018 (LGPD), limitándose a los datos estrictamente necesarios para la fiscalización contractual, siendo admisible la adopción de medidas de minimización y protección de datos, incluyendo la omisión de información irrelevante y la limitación a los profesionales efectivamente involucrados en la ejecución del contrato.

PREGUNTA 10

Es bien sabido que existe una escasez global de RAM, causada por: (i) un aumento significativo de la demanda mundial impulsado por proyectos de inteligencia artificial y centros de datos, según informan medios especializados y de amplia difusión; (ii) que, como consecuencia, la escasez ha provocado fluctuaciones de precios abruptas e impredecibles en todos los equipos que utilizan memoria; y (iii) una reducción en la previsibilidad de las cadenas de suministro globales, que afecta directamente a los cronogramas industriales, los compromisos de fabricación y, sobre todo, la capacidad de los fabricantes para mantener los precios y las condiciones comerciales durante períodos prolongados, tal como se estipuló originalmente en los documentos de licitación. En este contexto, existe un riesgo real de disconformidad por parte de los fabricantes debido a la imposibilidad de mantener las condiciones originalmente acordadas, un fenómeno que se ha reportado en toda la industria de la tecnología y hardware. Cabe destacar que muchos fabricantes han reducido drásticamente los períodos de validez de las propuestas comerciales o han condicionado su mantenimiento a la emisión inmediata de pedidos firmes de compra. Teniendo en cuenta este escenario excepcional, el oferente solicita que se considere la eventual necesidad de reprogramar los plazos indicados en la cláusula 7ª de la minuta de contrato y Anexo VI - Marcos y Eventos de Pago. Además, con respecto al mantenimiento de los precios ofrecidos y la imposibilidad de garantizar la estabilidad de precios hasta la firma del contrato, que se derivan directamente de la escasez internacional de insumos críticos, un evento extraordinario y fuera del control de las partes, que impacta no solo este contrato sino toda la cadena de producción de tecnología global, que podrá comprobarse a través de la

comprovado por meio de comunicação pública, entende e requer a Proponente que V.S.^a, além de aceitar replanejamentos de prazos de entrega para no mínimo 90 (noventa) dias, que seja reconhecida a excepcionalidade desse cenário atual de mercado, especialmente quanto à volatilidade de preços e à limitação de manutenção de propostas comerciais, para tanto, seja reconhecido o direito a não preservação da proposta apresentada, em especial se decorridos mais de 30 (trinta) dias entre a apresentação e o ato final de assinatura e execução do contrato, com a revisão e ou equilíbrio econômico financeiro da proposta preservando os atos de boa-fé objetiva e da execução eficiente do contrato, conforme os princípios que regem as contratações públicas, sem aplicação de qualquer penalidade ou sanção. Cumpre destacar que a doutrina e a jurisprudência pátrias já reconheceram, em situações análogas relacionadas à crise de semicondutores e componentes eletrônicos, a ocorrência de força maior apta a justificar a revisão de prazos e condições contratuais como preços, sem caracterização de inadimplemento e sem aplicação de penalidades, em atenção aos princípios do equilíbrio econômico-financeiro, da boa-fé objetiva e da razoabilidade. Requer, ao final, a V.S.^a, o reconhecimento e aceitação dos pedidos acima, sendo que na hipótese de entendimento diverso, solicita-se que eventual indeferimento seja acompanhado da correspondente fundamentação legal, em observância aos princípios da motivação e da transparência administrativa.”

RESPOSTA

Não procede o entendimento. Eventuais situações de fato superveniente, força maior ou caso fortuito deverão ser **devidamente comprovadas e analisadas no caso concreto**, nos termos da minuta contratual e das normas internas aplicáveis, podendo ensejar, quando cabível, a negociação de prazos ou a modificação das obrigações contratuais, conforme previsto na Norma Geral de Licitações (NGL). Ressalta-se, ainda, que os preços ofertados devem contemplar todos os custos e riscos inerentes à execução do objeto, conforme as condições estabelecidas no edital e na minuta contratual.

comunicación pública, el oferente entiende y solicita que V. S., además de aceptar la reprogramación de los plazos de entrega por un mínimo de 90 (noventa) días, que reconozca la naturaleza excepcional de este escenario de mercado actual, especialmente en cuanto a la volatilidad de los precios y la limitación para mantener propuestas comerciales, y por lo tanto, reconozca el derecho a no conservar la oferta presentada, particularmente si han transcurrido más de 30 (treinta) días entre la presentación y el acto final de firma y ejecución del contrato, con la revisión y/o el equilibrio económico-financiero de la oferta conservando los actos de buena fe objetiva y la ejecución eficiente del contrato, de acuerdo con los principios que rigen las contrataciones públicas, sin la aplicación de ninguna penalización o sanción. Es importante destacar que la doctrina y la jurisprudencia nacionales ya reconocieron, en situaciones análogas a la crisis de semiconductores y componentes electrónicos, la existencia de fuerza mayor que justifica la revisión de plazos y condiciones contractuales, como los precios, sin que ello implique incumplimiento ni la aplicación de penalidades, de conformidad con los principios de equilibrio económico-financiero, buena fe objetiva y razonabilidad. Por último, solicitamos a V. S. que reconozca y acepte las peticiones anteriores y, en hipótesis de entendimiento contrario, solicitamos que cualquier rechazo sea acompañado de la justificación legal correspondiente, en observancia de los principios de motivación y transparencia administrativa.

RESPUESTA

No es correcto el entendimiento. Eventuales situaciones de hecho superveniente, fuerza mayor o caso fortuito deberán ser **devidamente comprobadas y analizadas en el caso concreto**, en los términos de la minuta contractual y de las normas internas aplicables, pudiendo, cuando aplicable, dar lugar a la negociación de plazos o la modificación de las obligaciones contractuales, conforme previsto en la Norma General de Licitaciones (NGL). Cabe señalar, aún, que los precios ofertados deben contemplar todos los costos y riesgos inherentes a la ejecución del objeto, conforme las condiciones establecidas en el pliego y en la minuta contractual.

PERGUNTA 11

“Entende, a Proponente, que a eventual execução da cláusula 44, “c”, da minuta de contrato, só ocorrerá após o trânsito em julgado de sentença condenatória. Está correto o entendimento? Caso negativo, favor justificar.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A cláusula 44 da minuta contratual estabelece um **regime sancionatório de natureza contratual e administrativa**, cuja aplicação independe de prévia decisão judicial transitada em julgado. Conforme previsto, a aplicação das sanções ocorre mediante **processo administrativo próprio**, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo estipulado na cláusula.

PERGUNTA 12

“Face à cláusula 47, da minuta de contrato, entende, a Proponente, que a responsabilidade pelos danos e prejuízos estará adstrita aos danos diretos causados em razão da execução do contrato, limitados a 100% (cem por cento) do valor total do contrato. Ainda, que a responsabilidade deverá ser demonstrada e comprovada, garantindo-se o direito de ampla defesa do contratado. Estão corretos os entendimentos? Caso negativo, favor justificar.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Nos termos da Cláusula 47 da minuta contratual, a CONTRATADA responde pela indenização **integral** à ITAIPU ou a terceiros pelos danos e prejuízos **diretos e indiretos** decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos. Ressalta-se, contudo, que eventual responsabilização dependerá de prévia apuração, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme a legislação e as normas aplicáveis.

PERGUNTA 13

“Entende, a Proponente, que em eventual fusão, cisão, incorporação, associação da Contratada com outra empresa do mesmo grupo, alteração social ou estrutura da empresa, e desde que não ocorra a redução da capacidade financeira ou a redução da capacidade técnica de execução do contrato, não existirá motivos de rescisão do contrato, já

PREGUNTA 11

Entiende, el oferente, que la eventual ejecución de la cláusula 44, “c”, de la minuta de contrato, solo ocurrirá luego del tránsito en juzgado de sentencia condenatoria. Está correcto el entendimiento? Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. La cláusula 44 de la minuta contractual establece un **régimen sancionador de naturaleza contractual y administrativa**, cuya aplicación es independiente de previa decisión judicial transitada en juzgado. Conforme previsto, la aplicación de las sanciones ocurre mediante **proceso administrativo propio**, asegurado la amplia defensa, en el plazo estipulado en la cláusula.

PREGUNTA 12

De acuerdo con la cláusula 47 de la minuta de contrato, el oferente entiende que la responsabilidad por daños y perjuicios se limitará a los daños directos causados por la ejecución del contrato, limitados al 100% (cien por ciento) del valor total del contrato. Además, la responsabilidad deberá ser demostrada y comprobada, garantizando el derecho del contratista a la defensa. Están correctos los entendimientos? Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. En los términos de la Cláusula 47 de la minuta contractual, el CONTRATISTA responde por la indemnización **integral** a la ITAIPU o a terceros por los daños y perjuicios **directos e indirectos** causados por su actuar o de sus representantes. Cabe señalar, sin embargo, que la eventual responsabilización dependerá de previa investigación, respetando el debido proceso y el derecho a una defensa, conforme la legislación y las normas aplicables.

PREGUNTA 13

Entiende, el oferente, que en eventual fusión, escisión, incorporación, asociación del Contratista con otra empresa del mismo grupo, alteración social o estructura de la empresa, y siempre que no se produzca una reducción en la capacidad financiera o la reducción en la capacidad técnica para ejecutar el contrato, no existirá motivo para la rescisión del contrato, ya

que a Contratante tem a alternativa de continuar a execução do contrato. Está correto o entendimento? Caso negativo, favor justificar.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Nos termos da Cláusula 49, inciso VIII, da minuta contratual, a ITAIPU poderá rescindir o contrato nos casos em que a CONTRATADA promova alteração societária, fusão, cisão, incorporação ou modifique sua estrutura de forma que prejudique a execução do contrato. Dessa forma, não é possível afastar, de forma prévia e genérica, a possibilidade de rescisão em tais hipóteses. Eventuais alterações deverão ser analisadas no caso concreto, especialmente quanto aos seus impactos na execução contratual e na manutenção das condições que fundamentaram a contratação.

PERGUNTA 14

“Face às possibilidades de retenções, previstas na minuta de contrato; e considerando o direito de ampla defesa, entende, a Proponente, que qualquer dedução/retenção somente ocorrerá, após notificação e prazo de defesa do contratado. Está correto o entendimento? Caso negativo, favor esclarecer e justificar.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A minuta contratual prevê regimes distintos para retenções/deduções, conforme a sua natureza. Em determinadas hipóteses, como aplicação de penalidades ou glosas, é assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação prévia e concessão de prazo para manifestação da CONTRATADA. Entretanto, a minuta também admite a possibilidade de dedução de valores devidos à CONTRATADA para compensação de débitos contratuais ou outros valores devidos à ITAIPU, nos termos das cláusulas de pagamento, não sendo correto afirmar, de forma geral, que toda e qualquer retenção ou dedução dependerá previamente de notificação e prazo de defesa uniforme. Assim, a aplicação do contraditório e da ampla defesa observará o procedimento específico previsto contratualmente para cada hipótese.

PERGUNTA 15

que la Contratante tiene la alternativa de continuar la ejecución del contrato. Está correcto el entendimiento? Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

Entendimento incorreto. En los términos de la Cláusula 49, inciso VIII, de la minuta contractual, ITAIPU podrá rescindir el contrato en los casos en los que el CONTRATISTA promueva alteración societaria, fusión, escisión, incorporación o modifique su estructura de forma que perjudique la ejecución del contrato. Por lo tanto, no es posible descartar, de antemano y de forma genérica, la posibilidad de rescisión en tales casos. Cualquier cambio deberá analizarse caso por caso, especialmente en lo que respecta a su impacto en la ejecución del contrato y el mantenimiento de las condiciones que fundamentaron la contratación.

PREGUNTA 14

Dadas las posibilidades de retención, previstas en la minuta de contrato; y considerando el derecho a la defensa, el oferente entiende que cualquier deducción/retención solo ocurrirá después de la notificación y del plazo de defensa del contratista. Está correcto el entendimiento? Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

Entendimento incorreto. La minuta contractual prevé diferentes regímenes para las retenciones/deducciones, según su naturaleza. En ciertos casos, como la aplicación de penalidades o glosas, se garantiza el derecho a la defensa, mediante notificación previa y concesión de un plazo para manifestación del CONTRATISTA. Sin embargo, la minuta también permite la posibilidad de deducir valores adeudados al CONTRATISTA para compensar deudas contractuales u otros valores adeudados a la ITAIPU, en los términos de las cláusulas de pago, no siendo correcto afirmar, en general, que todas las retenciones o deducciones dependerán de notificación previa y de un plazo uniforme para la defensa. Por lo tanto, la realización de la defensa se regirá por el procedimiento específico previsto contractualmente para cada caso.

PREGUNTA 15

“Considerando o prazo de vigência da contratação ser até o cumprimento das obrigações, nos termos da cláusula 62, da minuta de contrato; e face ao prazo de garantia estipulado nesse instrumento ser de 36 (trinta e seis) meses, entende, a Proponente, que o prazo de vigência contratual será aquele da garantia, vez que as diferenças de prazos impactam na precificação da oportunidade. Caso negativo, favor justificar.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Nos termos da Cláusula 62, o contrato permanece válido até o **cumprimento integral das obrigações contratuais**, não se confundindo com o prazo de garantia. O prazo de garantia constitui obrigação específica da CONTRATADA, com efeitos próprios e independentes, não implicando, por si só, a extensão automática da vigência contratual ao período de garantia estipulado. Dessa forma, tratam-se de institutos distintos, que devem ser observados conforme definidos na minuta contratual.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do CBC do Pregão Eletrônico Binacional EF 0595-26, a ITAIPU:

- a) altera as datas constantes no calendário de eventos da licitação, subitem 1.3 do CBC, disponibilizando nova data para a sessão pública, conforme a seguir:

(...)

1.3.2 Formalização de consultas:

Até **08/06/2026**

Por meio do correio eletrônico compras_suporte@itaipu.gov.br ou pelo “Fórum” do Portal de Compras Eletrônicas da ITAIPU.

1.3.3 Respostas:

Até **15/06/2026**

1.3.4 Recepção das propostas:

Até às 9h de **18/06/2026**

Considerando que el plazo de vigencia de la contratación es hasta el cumplimiento de las obligaciones, según la cláusula 62 de la minuta de contrato; y dado que el período de garantía estipulado en este instrumento es de 36 (treinta y seis) meses, el oferente entiende que el plazo contractual será el de la garantía, ya que las diferencias de plazos afectan el precio de la oportunidad. Caso negativo, favor justificar.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. En los términos de la Cláusula 62, el contrato permanece válido hasta el **total cumplimiento de las obligaciones contractuales**, sin confundir con el plazo de garantía. El plazo de garantía constituye obligación específica del CONTRATISTA, con efectos propios e independientes, no implicando, por sí solo, la extensión automática de la vigencia contractual al periodo de garantía estipulado. Por lo tanto, se trata de conceptos legales distintos que deben respetarse tal como se definen en la minuta del contrato.

II) De conformidad con lo dispuesto en el subítem 2.6.1 del PBC de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0595-26, la ITAIPU:

- a) modifica las fechas que constan en el calendario de eventos de la licitación, subítem 1.3 del PBC, indicando nueva fecha para la sesión pública, conforme a seguir:

(...)

1.3.2 Formalización de consultas:

Hasta el **08/06/2026**

Por medio del correo electrónico compras_apoyo@itaipu.gov.py o por el “Foro” del Portal de Compras Electrónicas de la ITAIPU.

1.3.3 Respuestas:

Hasta el **15/06/2026**

1.3.4 Recepción de las ofertas:

Hasta las 9:00 hs. del **18/06/2026**

1.3.5 Início da Sessão Pública com a divulgação das propostas:

Em **18/06/2026**, a partir das 9h

1.3.6 Início da etapa de disputa de lances:

Em **18/06/2026**, a partir das 9h30min.

1.3.7 Referência de tempo:

Horário de Brasília - DF

(...)

- b) corrige o prazo escrito por extenso do marco contratual M2 constante na cláusula 7ª da Minuta de Contrato - Anexo IV do CBC, somente na versão em português, conforme documento atualizado disponível em anexo a este Aditamento com a alteração em cor azul.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no CBC do Pregão Eletrônico Binacional EF 0595-26.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 29.05.26

1.3.5 Inicio de la Sesión Pública con la divulgación de las ofertas:

El **18/06/2026**, desde las 9:00 hs.

1.3.6 Inicio de la etapa de disputa de lances:

El **18/06/2026**, desde las 9:30 hs.

1.3.7 Referencia horaria:

Hora oficial del Paraguay

(...)

- b) corrige el plazo escrito por extenso del marco contractual M2 constante en la cláusula 7ª de la Minuta de Contrato - Anexo IV del PBC, solamente en la versión en portugués, conforme documento actualizado disponible en anexo a este Aditivo con la modificación en color azul.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el PBC de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0595-26.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 29.05.26